

Acta da Reunião do Conselho Municipal de Educação da Lousã, realizada no dia 7 de Fevereiro de 2008.

Aos sete de Fevereiro de dois mil e oito, nesta Vila da Lousã, reuniu-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, o Conselho Municipal de Educação da Lousã, adiante designado CMEL, tendo estado presentes: o Vereador do Pelouro da Educação (Dr. Jorge Alves); da Direcção Regional de Educação do Centro (Dra. Luísa Maria Ramos); Ensino Secundário (Prof. Maria do Carmo Sequeira); do Ensino Básico (Prof. Odete Antunes e Prof. Maria Salomé Correia); do Pré - Escolar (Educadora Ana Paula Rodrigues); Escola Profissional da Lousã (Eng. Luís Filipe Coelho); representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Lousã (Sra. Cândida Castanheira); das IPSS – ADIC (Sr. Rogério Martins); a Delegada de Saúde da Lousã (Dra. Graça Correia); do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social (Dra. Anabela Dengucho); do Centro de Emprego da Lousã (Dra. Milena Rodrigues); da GNR da Lousã (Sargento-Mor Lucénio Leonel Correia Martins). -----

Apresentou justificação de falta: da Câmara Municipal da Lousã (Dr. Fernando Carvalho – Sr. Presidente). Não apresentou justificação de falta o representante Presidente da Assembleia Municipal (Dr. Luís Gonçalves); das Juntas de Freguesia do Concelho (Dr. António Marçal); da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lousã (a designar).-----

Às 9h45Mn deu-se início aos trabalhos.-----

ORDEM DE TRABALHOS -----

1. Aprovação dos projectos de actas de 28 de Novembro de 2006, 27 de Abril de 2007 e 4 de Outubro de 2007.-----
2. Informações.-----
3. Apresentação do Projecto “Região Solidária”.-----
4. Refeitórios Escolares – Processo de Certificação, ao abrigo da Norma Europeia ISSO 22000.-----
5. Projecto Ciência Viva – apresentação: Laboratório de Requisição de Experiências.--
6. Ponto de situação dos dois cursos de Educação Formação: Serviço de Mesa e Serralharia.-----
7. Actividades de Tempos Livres (adiante ATLS) no Concelho – análise de constrangimentos, face à nova realidade de apoio financeiro e tomada de posição.-----

-----|-----
As actas foram aprovadas, após correcções. O ponto 2. “Informações” é apresentado no final da reunião. O ponto 3. não será apresentado por motivos justificados.-----

-----||-----

Passa-se ao ponto 4. O processo de Certificação dos Refeitórios Escolares, que está a ser desenvolvido pela Autarquia em colaboração com a empresa de consultoria “Iberogestão”, é apresentado pela Eng. Paula Pinto, que explica as melhorias implementadas nos refeitórios, ao nível dos equipamentos e das práticas (ver anexo). O CMEL é informado de que esta certificação é voluntária e exigente. Jorge Alves informa que a Autarquia financiou a reconversão de alguns espaços e adquiriu os equipamentos, mas a formação e certificação foi paga pelo Programa FORAL (Programa de Formação para as Autarquias Locais).-----

Carmo Sequeira e Odete Antunes levantam questões sobre as sobras que agora não podem ser oferecidas às pessoas carenciadas das Escolas.-----

Graça Correia refere a melhoria da qualidade dos equipamentos e condições das cantinas e considera positivo que se optimizem as práticas, nomeadamente os registos. Informa que não tem havido intoxicações. Há algum tempo que vinha alertando para alguns pontos nos refeitórios e assinala a falta de vestiários para as funcionárias dos refeitórios. Diz que a DREC deverá ter esta situação como exemplo, dadas as condições dos refeitórios da EB2/3 e da Escola Secundária, afirmando a falta de higiene no tecto da cozinha da Secundária.-----

Anabela Dengucho pergunta da continuidade do projecto, ao que Jorge Alves responde que a Iberogestão teve com Autarquia cerca de um ano e dois meses e os serviços da Câmara assegurarão a continuidade. Paula Pinto diz que houve uma alteração de mentalidades e procedimentos e que agora cabe à Autarquia solicitar uma vez por ano uma auditoria externa para averiguar se estão ou não a ser cumpridos os requisitos do certificado de qualidade.-----

Salomé Correia pergunta se foram avaliados parâmetros como: lavagem das mãos por parte das crianças; níveis de ruído do refeitório; número de crianças que podem almoçar em simultâneo. Paula Pinto responde que isso está fora do âmbito da segurança alimentar, mas parte do princípio que as questões levantadas fazem parte do acompanhamento dos Docentes e da gestão escolar. Graça Correia diz que existe um regulamento para o número de crianças, bem como nos restaurantes existe um número de lugares sentados. Diz que há falhas ao nível dos projectos de construção de cozinhas e refeitórios. Diz que se aumentar o número de utilizadores de um refeitório, devem os seus horários serem flexibilizados. Jorge Alves diz que por parte da Autarquia há flexibilidade, mas no início do corrente ano lectivo não foi possível alterar um horário e serenar a hora de refeições pois não conseguiu acordar, com uma Docente, horário diferente do inicialmente estabelecido.-----

-----III-----

A Prof. Madalena Barbeiro apresenta o ponto 5. Projecto de Ciência Viva “Til! Experimentação (em diferentes áreas), produção (de novos conhecimentos e ideias),

inovação (criatividade para a mudança) na Lousã (do concelho para o mundo)!", que dá continuidade a outros dois projectos de Ciência Viva executados na Lousã: A Ciência Contra a Exclusão Social e o Ciência e Tecnologia - Crescer e Desenvolver.---

Apresenta as três linhas orientadoras, dando destaque ao ponto II (ver anexo):-----

I – Actividades nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo ao Secundário-----

II – Organização de um Laboratório de Requisição de Experiências-----

III – Semanas da Ciência e da Tecnologia-----

Informa estar disponível para qualquer projecto ou esclarecimento, por parte de toda a Comunidade Educativa.-----

-----IV-----

A Dra. Emília Almeida, representante da Escola EB2/3, inicia o ponto 6. e apresenta o curso de Serralharia, criado através de candidatura ao QREN, Programa Operacional Potencial Humano, que teve a parceria do CEARTE. Diz que antes da criação do curso foi feito o levantamento das necessidades do Concelho e que quinze jovens escolheram este percurso alternativo de formação. Apresentam dificuldades face à componente académica da formação, havendo desmotivação para com o espaço escola e as matérias leccionadas. Não há perspectivas de desistência, dado que o grupo tem a Escola como suporte socio-afectivo e sabe que esta é uma última hipótese. Há alguns casos assinalados, mas não situações de risco muito graves.

Milena Rodrigues, informa sobre o curso de Serviço de Mesa, curso que abriu face às necessidades de mercado e ao interesse dos alunos, motivado pelo testemunho dos jovens que fizeram o curso de cozinha (ver anexo).-----

Carmo Sequeira informa que na Escola Secundária também há alunos com esse tipo de dificuldades e Emília Almeida diz que na EB2/3 também são confrontados diariamente com situações de ruptura. Ambas assinalam a falta de serviços de psicologia.-----

-----V-----

Sobre ponto 7. Jorge Alves informa que na semana anterior houve uma reunião com todas as IPSS do Concelho que têm ATLS. A Segurança Social fez um corte significativo no valor que atribui às entidades que gerem os ATLS. A médio prazo alguns ATLS poderão ter de fechar ou exigir dos Encarregados de Educação pagamento de valores elevados. Informa que a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade está a defender, perante os Ministérios da Segurança Social e da Educação, que as Escolas optem por ATLS ou Actividades de Enriquecimento Curricular (adiante AECs), o que na sua opinião será difícil de negociar.-----

A Dra. Cristina Silva da ARCIL (bem como a Dra. Emília Santos), está presente enquanto representante das IPSS: ARCIL; Centro Paroquial de Solidariedade Social

da Freguesia de Serpins, ADIC – Associação Defesa ao Idoso e Crianças de Vilarinho, Centro Social e Cultural de Casal de Ermio e Centro Social e Cultural da Ponte Velha. Diz que todos estes ATLS cobrem as “pontas horárias” (das 7h30 às 9h e das 17h30 às 19h) excepto no caso de Escolas com desdobramento - Santa Rita e Freixo – em que estão presentes quase a tempo inteiro; todas as IPSS fazem actividades nos períodos de interrupções lectivas do Natal, Carnaval e Páscoa; 55% dos alunos procura este serviço. -----

Cristina Silva enquadra a situação: em Janeiro de 2008 as IPSS foram chamadas à Segurança Social, para assinar acordos sem deles terem conhecimento prévio. O apoio previsto para este ano lectivo passou de 58,83€ para 32.69€, ou seja menos 45% por utente, quando a redução horária dos ATLS com a entrada das AECs foi 3h30mn para 3h, ou seja de 15%. Mais foram informados de que: teriam de fazer 11h diárias de funcionamento, durante o mês de Agosto; durante esse tempo é obrigatória a presença de animadores; independentemente do tamanho de cada sala, cada grupo só poderá ter um máximo de 20 crianças; as tabelas de pagamentos e de Participações Familiares têm que ser aplicadas, apesar de todas as IPSS da Lousã estarem a aplicar valores inferiores. Resume que são um conjunto de alterações não negociadas e impostas unilateralmente, o que obrigará à perda de alguma autonomia das IPSS e à redução da resposta às famílias. Dá exemplos concretos: a ARCIL nos seus 5 ATLS tem 214 crianças, mas terá de haver triagem (em Santa Rita, dá resposta a 53 crianças e passará a dar a 40; na Lousã dá resposta a 101 e passará a dar a 80). Dado que o acordo tem efeitos desde 1 de Dezembro de 2007, a suspensão de ATLS terá que ser realizada para breve. As IPSS vão reunir com Associações de Pais para perceber de que forma se fará a triagem.-----

Jorge Alves critica o facto de ter sido sugerido, por parte de um elemento da Segurança Social, que a Autarquia apoiasse o aluguer de espaços. Diz que não é viável o funcionamento destas estruturas dozes meses por ano. Por exemplo os refeitórios escolares não irão funcionar em Agosto, esse mês é reservado para férias dos funcionários e intervenções de manutenção e desinfestação. Diz que é importante que as Associações de Pais se associem rapidamente às IPSS.-----

Rogério Martins diz que a ADIC não tem que assinar o acordo e que estas imposições põem em causa a continuidade dos ATLS. Diz ainda que na ADIC os pais pagam todos 12,50€, pois em aglomerados rurais não há capacidade financeira para mais.-----

Alguns elementos levantam problemas: haverá pais que deixarão as crianças no recinto das Escolas, por falta de vagas nos ATLS ou dificuldades de pagamento; é difícil uma animadora de ATL não deixar uma criança entrar na sala, quando a criança está sozinha na rua e pede para entrar para junto dos colegas.-----

Anabela Dengucho diz que as IPSS habituaram as famílias, em seu próprio prejuízo, a um pagamento muito baixo e que as famílias nem sempre reconhecem o valor dos ATLS. Diz que este problema já se pôs na Componente de Apoio à Família, talvez não com este volume. O Vereador diz que a situação é diferente, pois havia um serviço que é retirado e o número de situações é maior. Anabela Dengucho responde que quando a Componente de Apoio à Família foi criada, também houve famílias que não foram abrangidas por este serviço, por não haver vagas.-----

Emília Santos considera que esta situação é grave para as famílias e há que agir.-----

Luísa Ramos diz que tem consciência que com as AECs houve redução do tempo de ATLS e por isso estas novas directrizes. Mas irá passar a palavra na DREC e ver o que pode fazer.-----

Jorge Alves diz que em Janeiro de 2008 a Lousã teve 97% de participação nas AEC e que teme a diminuição da ida às AEC, pois é mais fácil os pais encontrarem quem fique com as crianças uma tarde do que apenas uma ou duas horas.-----

Odete Antunes diz que a CONFAP tinha já pedido o mês de Agosto e que as últimas leis têm sido perversas. Salomé Correia diz que é óptimo que haja ATLS em Agosto e diversificação das férias: em muitos países há flexibilização de horários e de férias: não faz sentido trabalhar em horários rígidos das 9h às 17h e é preciso dar resposta a quem trabalha em Agosto. Odete Antunes replica que se trata de dar resposta a alunos que não deixam de ter horário escolar. Cândida Castanheira diz que ATLS deviam estar abertos 12 meses por ano, porque nem todos os pais têm férias no mês de Agosto e que tinha tido sentido essa dificuldade no verão de 2007 pois teve que trabalhar no mês de Agosto e não teve onde deixar os filhos, pois não há alternativas aos Atls. Disse ainda que para evitar que as crianças fossem depositadas nos ATLS pelos pais durante os meses de verão fosse exigido uma declaração da entidade patronal com o período de férias dos pais e que as crianças ficassem "obrigadas" a um período mínimo de ausência de 11 dias úteis por ano .-----

Luísa Ramos diz que a questão passa por mentalização dos Encarregados de Educação, que não podem despejar os filhos nos ATLS. As situações têm que ser analisadas caso a caso.-----

Odete Antunes diz que o Ministério da Educação não pensou muito na aproximação das crianças às famílias quando fechou escolas pequenas em que os alunos iam para junto dos avós no final das aulas. São custos da centralização das crianças.-----

Cândida Castanheira considera que é difícil para os pais pagarem 100% da mensalidade de ATL, pois nas escolas com desdobramento de horário, há pais a pagar a totalidade da mensalidade por uma hora/dia, em tempos lectivos e Salomé diz também que há pouca flexibilidade para gerir o uso do ATL. Jorge Alves e Rogério Martins dizem que é preciso gerir financeiramente os ATLS.-----

Decide-se que as IPSS vão a curto prazo tomar uma posição pública e farão chegar ao CMEL essa posição, para que o CMEL se manifeste.-----

-----VI-----

Jorge Alves informa que estão a decorrer cursos de Vigilantes para Transportes Colectivos de Crianças: o primeiro decorreu em Dezembro, para as funcionárias dos Jardins e Escolas, o segundo destinou-se às colectividades desportivas e arrancará na semana seguinte um curso para associações recreativas e culturais; outro se seguirá se necessário. Esclarece que a responsabilidade da vigilância é da responsabilidade da entidade que aluga e/ou solicita a viatura, por exemplo nas visitas de estudo, a responsabilidade é dos estabelecimentos escolares.-----

Jorge Alves informa que a Festa da Educação – Feira do Livro decorrerá de 6 a 9 de Março de 2008 e convida ao envolvimento das instituições e parceiros.-----

Informa que há três turmas constituídas de Português para Estrangeiros, 85 inscritos e está a decorrer um concurso para contratação de Docentes, prevendo-se que o curso arranque ainda este mês.-----

Diz que será convocada uma reunião do Grupo de Trabalho para as Necessidades Educativas Especiais, no dia 21 de Fevereiro, para discutir a nova legislação (Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro), com a Dra. Cristina Dias.-----

Filipe Coelho solicita a marcação de uma reunião para abertura de novos cursos na Lousã, ao que a mesma é agendada para dia 20 de Fevereiro às 9h30 na Câmara Municipal da Lousã, com a presença das EB2/3, Secundária e Profissional e Centro de Emprego da Lousã.-----

Terminou esta reunião às 12h25mn e vai ser assinada por mim, Marta Correia, secretária desta reunião.-----

A SECRETÁRIA DA REUNIÃO

Marta Correia

Aprovada no CMEL de 2008-07-03

Anexo:

Apresentação Powerpoint da Iberogestão;

Apresentação Powerpoint da Ciência Viva;

Apresentação Powerpoint do Centro de Emprego – Serviço de Mesa